



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O
PROTECIONISMO EM DEBATE

Filipe Rabelo Távora Furtado

FORTALEZA

JUNHO, 2014

FILIPPE RABELO TÁVORA FURTADO

**COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O
PROTECIONISMO EM DEBATE**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito Final para a disciplina de Método Científico e Técnico de Pesquisa em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará.

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo
Leite Moreira**

FORTALEZA

2014

Filipe Rabelo Távora Furtado

**COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O
PROTECIONISMO EM DEBATE**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito Final para a disciplina de Método Científico e Técnico de Pesquisa em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza, 16 de Junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira – UFC
(Orientador)

Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira – UFC

Profª Drª Maria das Dores Mendes Segundo - UECE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

- F988c Furtado, Filipe Rabelo Távora.
Comércio exterior e desenvolvimento econômico: o protecionismo em debate / Filipe Rabelo Távora Furtado. – 2014.
49 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2014.
- Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.
1. Desenvolvimento econômico. 2. Industrialização. 3. Protecionismo e livre comércio. I. Título.

CDD 330

RESUMO

Este trabalho apresenta aspectos gerais do debate atual sobre o protecionismo e o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Analiso aqui ideias de autores que defendem a concepção de que o livre mercado e as vantagens comparativas devem nortear o desenvolvimento econômico, não aceitando, assim, a utilização de práticas protecionistas. Contrariamente a essas ideias, sigo com autores como Ha-Joon Chang (2002; 2008) e Bresser Pereira (2010), que defendem a utilização de políticas protecionistas para o desenvolvimento econômico e industrial. Relaciono dados concretos da balança comercial brasileira e da situação industrial deste país, realizando um breve exame a esse respeito à luz dos autores acima mencionados, dentre outros. Esta pesquisa é de cunho teórico-bibliográfico e visa contribuir para o debate atual sobre a relação entre medidas protecionistas e o desenvolvimento industrial dos países em geral.

Palavras-chave: Protecionismo; desenvolvimento econômico; desenvolvimento industrial.

ABSTRACT

The study presents the general aspects of the current debate on protectionism and economic growth of developing countries. Herein, I analyze ideas of authors who argue that the concept of free market and the comparative advantages should guide economic development, thus not accepting the use of protectionist practices. Contrary to these ideas, I go on, reviewing the work of authors as Ha-Joon Chang (2002 and 2008) and Bresser Pereira (2010), who advocate the use of protectionist policies for economic and industrial development. I relate the actual data of the Brazilian trade balance and the industrial situation of this country, conducting a brief exam about the matter, in the light of the authors mentioned above, among others. The research has a theoretical-bibliographical character, aiming to contribute to the current debate about the relationship between protectionism and industrial development of the countries in general.

Keywords: Protectionism; economic development; industrial development.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado uma família tão linda, especial e amada, amigos fortes, presentes e companheiros, professores dedicados (alguns) e muita saúde para vencer e superar os obstáculos da vida com bastante dedicação e alegria.

Sinto-me profundamente agradecido a todos que colaboraram de alguma forma com a realização desse sonho de ser um economista e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, através do uso das ferramentas desenvolvidas ao longo do curso.

Com bastante orgulho agradeço aos meus pais Luís e Jackline por me ensinarem a cada dia a verdadeira arte de amar e de lutar pelos sonhos, sempre me incentivando e apoiando até nos sonhos mais absurdos que tive (como por exemplo, o de ser um jogador de futebol).

Aos meus irmãos Levi (Ielê) e Marina (Mozim) pelos “tapas e beijos” do dia-a-dia, por serem as pessoas mais importantes da minha vida e por me darem o apoio diário de seguir em frente e superar as dificuldades com amor e alegria.

A minha avó (Maria Laís Távora) que participou diretamente da minha formação como pessoa e economista, e aos meus avós (José Furtado, Iluminato Rabelo e Clóris Rabelo – *In Memoriam*) que do céu intercederam diariamente por mim durante o processo de formação pessoal e profissional.

Aos meus tios, principalmente, (Antônio, Thaís, Douglas, Mazé, Zetinha, Socorro, Fátima) e aos primos (Itaércio, Cássio, Igor, Claessen, Dayanne, Carol) por serem parte do meu cotidiano sendo fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus amigos e amigas por tantos momentos importantes passados juntos com importância fundamental na formação do meu caráter e na minha carreira profissional.

Ao meu Orientador, Professor Américo, por ser o grande motivador da abordagem da minha monografia, por aceitar o meu convite no momento em que ainda estava em Paris e por ter medido esforços para ajudar no

desenvolvimento do meu trabalho e formação intelectual. Sua orientação e acompanhamento da feitura do texto foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão do trabalho.

Aos membros da Banca, Professor Alfredo e Professora Maria das Dores, por terem com bastante atenção e interesse, contribuindo, com essas atitudes, para a minha formação intelectual por toda vida

À Universidade Federal do Ceará, UFC, especialmente, à Faculdade de Economia, Administração Atuárias, Contabilidade e Secretariado – FEAAC, por me proporcionar um espaço acadêmico público e de qualidade, propício para o meu desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
CAPÍTULO 1 - Situando o exemplo do Consenso de Washington no centro do debate das políticas econômicas dos países em desenvolvimento.....	13
1.1. Reflexões sobre a economia internacional e o comércio exterior a partir de um modelo pró-livre-mercado.....	17
1.2. Uma breve análise dos principais mecanismos de proteção ao comércio presentes no modelo-pró livre-comércio.....	19
Capítulo 2 - O pensamento econômico de Ha-Joon Chang e o debate sob protecionismo e desenvolvimento da indústria interna: o fracasso das “boas políticas.....	23
2.1 As políticas ativistas para o desenvolvimento da Indústria, Comércio e Tecnologia – ICT: apresentando os argumentos de Ha-Joon Chang.....	28
2.2. Desenvolvimento econômico e <i>doença holandesa</i> : argumentação a favor da proteção à indústria.....	36
2.3. Desempenho da indústria de transformação: comprovação da necessidade de intervenção.....	41
Considerações Finais.....	46
Referências Bibliográficas.....	49

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar aspectos do debate atual sobre a importância de práticas protecionistas para o desenvolvimento econômico dos países. Parto das concepções do economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2002) e do conceito de *doença holandesa* do economista brasileiro Bresser Pereira (2010) e apresento suas ideias em contraposição a de outros autores, que adotam um viés pró-concorrência e livre mercado. Tratarei especificamente do confronto entre as ideias protecionistas e as de livre comércio, utilizando, principalmente, as obras desses autores.

No presente estudo, partirei de acontecimentos históricos que mostram o desenvolvimento de potências atuais através de mecanismos de proteção a sua indústria utilizando ferramentas como: Impostos e Incentivos Fiscais, Câmbio – Valorização ou Desvalorização da Moeda, Medidas Sanitárias, Financiamentos.

Desse modo, parto da premissa de que, de maneira mais ou menos explícita, os países desenvolvidos, em algum momento de suas trajetórias históricas, executaram políticas de proteção a seus produtos, contrariando o discurso liberal de não intervenção do Estado nos mecanismos naturais de Mercado. Essa se constitui a principal tese de Chang.

No caminho da investigação, a criação e a atuação de organismos internacionais de garantia do Livre Comércio, como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), principais seguidores das práticas de livre-comércio, fortalecidas a partir do Consenso de Washington do comércio internacional - se apresentou como importante para nossa análise.

Nessa direção, empreendi esforços significativos para situar a lista de “boas medidas” criadas pelo consenso de Washington para o *catching-up* dos países emergentes. Observarei se as determinações desse consenso foram seguidas pelos países no período de alcance do desenvolvimento econômico e industrial desses países.

Destaco, portanto, que o empenho desse estudo busca responder se as práticas protecionistas adotadas pelos países denominados desenvolvidos foram determinantes para o seu desenvolvimento econômico.

Para fortalecer o argumento de que a atuação do Estado no comércio internacional se faz necessária para o desenvolvimento de uma indústria nascente, abordarei o conceito de *doença holandesa* que relaciona a exportação de *commodities* agrícolas, minerais e metálicas com a sobrevalorização do câmbio, o que agrava ainda mais a dependência externa para a importação de produtos industrializados.

Na última parte do trabalho, entrarei com o estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) através da Carta 622, que analisa a balança comercial brasileira, o seu saldo e o seu comportamento nos primeiros trimestres (Janeiro-Março) dos anos de 1995 a 2014 e a Carta 626 que examina a situação do emprego industrial no período de março de 2012 a março de 2014, buscando, diagnosticar, no caso brasileiro, a análise de Bresser Pereira (2010) sobre a possibilidade do Brasil estar passando por um processo de desindustrialização causado pela *doença holandesa*.

Face ao movimento da presente investigação, apresento a seguir os objetivos da presente pesquisa monográfica.

Reafirmo que o objetivo geral desta pesquisa visa apresentar aspectos gerais do debate atual sobre a importância das práticas protecionistas para o desenvolvimento econômico de países, tomando como base o estudo de autores da área do comércio internacional e criticando as determinações do Consenso de Washington e da ideologia neoliberal.

Como objetivos mais específicos, pretendo apresentar a produção teórica de autores da área do comércio internacional, a exemplo de Ha-Joon Chang, Bresser Pereira.

Também é minha pretensão, revisar criticamente o pensamento econômico neoliberal, especificamente aquele vinculado ao tema do comércio exterior, do desenvolvimento da indústria interna e desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Criticar as determinações do Consenso de Washington e a atuação dos

órgãos multilaterais que afetam o comércio internacional através das determinações de “boas políticas, dentre eles, listam-se, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), constitui-se em outra finalidade do presente estudo.

Por fim, objetivo com este trabalho, fortalecer o argumento sobre importância da intervenção do Estado no comércio exterior para o desenvolvimento da indústria brasileira, utilizando um estudo que apresenta o saldo da balança comercial brasileira entre os anos (1995-2014), com a preocupação de observar o saldo da indústria de transformação e a geração de emprego através dos estudos do IEDI.

A metodologia de pesquisa deste trabalho consiste num estudo de natureza teórico-bibliográfica. Para tanto, revisarei as principais ideias dos autores atuais que estudam a relação entre protecionismo econômico e desenvolvimento nacional.

Apresento, de um lado, os autores da área de comércio internacional, a exemplo de Ha-Joon Chang, com suas obras *Chutando a Escada* (2002) e os *Maus Samaritanos* (2008), Bresser Pereira (2010) e o seu conceito de *doença holandesa* e de outro, o pensamento de autores neoliberais, selecionando, para tanto, o exemplo das concepções de Paul Krugman (2005), confrontando suas concepções em torno do tema do comércio exterior e do desenvolvimento da indústria interna.

O trabalho monográfico está organizado em dois capítulos, a saber. O primeiro intitula-se *Situando o exemplo do Consenso de Washington no centro do debate das políticas econômicas dos países em desenvolvimento* e trata de revisar as principais concepções neoliberais, adotando um viés crítico para essas informações.

O segundo, intitulado *o pensamento econômico de Há-Joon Chang e o debate sobre o protecionismo e desenvolvimento da indústria interna: o fracasso das “boas políticas”*, busca apresentar o conjunto das ideias de Chang e Bresser Pereira.

Por fim, exponho algumas reflexões conclusivas resultantes do percurso investigativo empreendido nesse estudo.

Face ao exposto, observo e ratifico a importância das observações históricas para nortear as políticas econômicas. Observa-se uma negação da história por parte dos Países Atualmente Desenvolvidos (PADs), quando avaliam que, no momento atual, a melhor estratégia para a obtenção do desenvolvimento econômico e industrial seria a abertura comercial.

Entretanto, é importante observar o que de fato aconteceu nos processos de desenvolvimento e procurar tomar como referência tais medidas, legitimando o estudo da história econômica, com foco principal no processo de industrialização, buscando, analisar as políticas adotadas e criticar a ideologia imposta através de artimanhas dos países desenvolvidos e das determinações dos órgãos multilaterais oficiais (FMI, BANCO MUNDIAL, OMC), que afetam diretamente a política comercial internacional.

Qual o interesse desses países e desses órgãos? Será que eles estão chutando a escada para reduzir a concorrência e mantê-los no topo?. Essas são indagações que motivaram o presente estudo.

CAPÍTULO 1 - SITUANDO O EXEMPLO DO CONSENSO DE WASHINGTON NO CENTRO DO DEBATE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O Consenso de Washington foi uma cúpula criada por sete grandes países que teve o intuito de encontrar uma saída para os países endividados ou em crise fiscal.

Tal Consenso apresenta um conjunto de medidas – que se compõe de dez regras básicas –, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "*receitado*" para promover o "*ajustamento macroeconômico*" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

Como já dito, o Consenso de Washington foi elaborado pelo grupo dos sete países mais ricos que estabeleceram novas regras para o capitalismo em crise, com base neoliberal, no final da década de 1980 e início de 1990.

O objetivo era estabelecer o Estado mínimo, a estabilização financeira dos países desenvolvidos e a integração do mercado global. As principais medidas para alcançar tal finalidade foram: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, abertura comercial, fim das restrições do capital externo, abertura do sistema financeiro, desregulamentação do Estado e reestruturação do sistema previdenciário.

O FMI passou a fazer uso dessas medidas para nortear as políticas macroeconômicas de ajustamento e recuperação de países endividados ou em crise fiscal. Esse conjunto é composto por 10 regras, que são: [1] Disciplina fiscal; [2] Redução dos gastos públicos; [3] Reforma tributária; [4] Juros de mercado; [5] Câmbio de mercado; [6] Abertura comercial; [7] Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; [8] Privatização das estatais;

[9] Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); [10] Direito à propriedade intelectual.

Essas regras passaram a direcionar, a partir de 1990, as imposições políticas de ajuste macroeconômicas do Fundo Monetário Internacional. Esse conjunto de regras faz parte das exigências desse fundo para qualquer ajuda financeira que possa ser realizada.

Além dessas regras, existe um conjunto de medidas sugeridas por eles, que são: [1] Ajuste Fiscal; [2] Redução do Tamanho do Estado; [3] Abertura Comercial; [4] Fim das Restrições no Capital Externo; [5] Abertura do Sistema Financeiro; [6] Desregulamentação; [7] Reestruturação do Sistema Previdenciário.

Em conformidade com as regras do Consenso de Washington, alguns desdobramentos se constituíram na orientação e no monitoramento das políticas dos países em desenvolvimento. Assim, temos como consequência a defesa do Estado Mínimo, da Estabilização Financeira e do Mercado Integrado.

Thomas Friedman, em seu livro *O Lexus e a Oliveira* (1992), dizia que, para atingir um grau de desenvolvimento industrial, seria importante “vestir a camisa de força dourada”, baseada nos princípios de: privatização das empresas públicas; manutenção de uma baixa inflação; redução do tamanho da burocracia do governo; equilíbrio do orçamento (geração de superávits); liberalização do comércio; desregulamentação do investimento estrangeiro e dos mercados de capitais; tornar a moeda conversível; redução da corrupção e privatização da previdência, que seguem grande parte dos preceitos dos órgãos que fazem parte do núcleo de governança econômica global.

A história oficial do desenvolvimento dos Países Atualmente Desenvolvidos (PADs) é contada nos preceitos baseados nas políticas industriais do *laissez-faire*.

Analisando o Relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento mundial de 1996, Leher (1989) destaca os problemas do mundo capitalista

como sendo de transição e do fracasso do planejamento central e aponta como solução o triunfo da economia de mercado¹.

Para o Banco Mundial, o caminho do livre mercado é irreversível, pois as regras econômicas, as relações entre os povos e as instituições políticas e sociais teriam mudado de forma universal. Para efetivar esse processo, todos os países devem realizar reformas em sua estrutura econômica. De acordo com Leher, a periodização da era do mercado não é espontânea, mas construída com base no Consenso de Washington, mediado pelo Banco Mundial.

Segundo tal concepção, o mercado é, portanto, inevitável; é a única condição para mudar o mundo, obter o crescimento econômico e o comércio global. Conforme propaga, somente por meio da racionalidade mercantil, do utilitarismo, da moral e do comércio, conquistam-se as vantagens mútuas; mas, para tanto, a economia deve ser aberta ao livre mercado. A privatização dos mercados pode funcionar de maneira eficiente e equitativa a partir da definição dos direitos e da generalização da propriedade privada.

Assim, a nova concepção do desenvolvimento dos países, prevista na agenda do Consenso de Washington, fundamenta-se na cooperação e na competitividade, onde as instituições públicas, os sistemas jurídicos, as instituições financeiras e os sistemas de educação podem ajudar a estabelecer as regras e disseminar a confiança na inserção desses países à nova era global, assim como “aliviar a pobreza externa, manter o capital humano e adaptá-lo às necessidades de um sistema de mercado que contribuem para o crescimento, tanto quanto para a promoção da justiça social como para a sustentabilidade política” (LEHER, 1998, p.101).

Em termos mundiais, as regras e medidas idealizadas pelo Consenso de Washington e executadas pelo FMI e Banco Mundial repousam sobre determinados pressupostos que prevalecem, a saber, a supremacia do mercado e a redução ou o desmonte do incipiente *Welfare State* ou Estado do

¹ O Relatório trata o mercado como o lugar de realização do interesse individual em que a concorrência é uma virtude.

Bem-Estar Social mediante a recomendação de novas reformas nas quais imprimem os cortes dos gastos públicos.

Caracterizado pela restrição orçamentária, o plano de estabilização para economias mais “frágeis” do mundo, sob a regência do FMI e do Banco Mundial em consonância com o Consenso de Washington, redesenha as políticas sociais e econômicas dessas nações, incluindo, aqui, o Brasil².

Ao analisar os efeitos do Consenso de Washington para a economia brasileira, artigo disponível no site da Política e Economia³ afirma que

As medidas do consenso de Washington aplicadas ao Brasil foram fundamentais para o que o País conseguiu se ajustar e promover o desenvolvimento econômico que hoje caracteriza a economia brasileira. Algumas dessas medidas começaram a ser implantadas no Brasil na década de 90. No governo Collor, o Brasil iniciou o processo de abertura da economia brasileira com maior exposição à competição internacional. Posteriormente, começou o processo de privatização, ainda no governo Itamar, onde podemos destacar a privatização da EMBRAER. Entretanto foi no governo FHC que o processo se acelerou, com a privatização do setor de telecomunicações, privatização da Companhia Vale do Rio Doce, flexibilização do monopólio do petróleo. (Sem autoria, p. 1, 2011).

Para ilustrar as determinações dos órgãos do núcleo de governança econômica Global (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio), faremos abaixo, no tópico 1.1, a apresentação de um modelo disponível no Manual de economia internacional de Paul Krugman e Maurice Obstfeld (2005), com claro viés pró-livre mercado, para fundamentar, através de uma explicação mais técnica, o conjunto de “boas políticas” determinadas por esses órgãos.

² Para situar o caso brasileiro, pode-se afirmar, em breves linhas, que a relação do Brasil com o Banco Mundial consolida-se no final dos anos 1990. Destaca-se aqui, por exemplo, os acordos que foram efetuados pelo governo brasileiro para o quadriênio 2004-2007, perseguindo, desse modo, as recomendações e as regras expostas pelo Consenso de Washington.

³ Artigo disponível em www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html de 23 de outubro de 2011.

1.1. Reflexões sobre a economia internacional e o comércio exterior a partir de um modelo pró-livre-mercado

Para melhor compreender o argumento dos órgãos pertencentes ao núcleo de governança econômica, faremos uma exposição de um modelo que analisa os efeitos líquidos para o consumidor, produtor e governo dos principais mecanismos de proteção ao comércio exterior.

Nesse modelo, supõe-se a existência de apenas dois países: o Local e Estrangeiro, os quais consomem trigo, que pode ser transportado a baixos custos entre os países. O trigo nos dois países é produzido em uma estrutura de mercado de concorrência perfeita e as curvas de oferta e demandas são definidas pelos preços de mercado. Normalmente os preços de cada país seriam determinados pelos preços da moeda respectiva de seu país. Entretanto o modelo não admite que o câmbio seja afetado por políticas de comércio, assim os preços serão cotados em termos da moeda do local.

Ainda, segundo esse modelo, o comércio só acontecerá se os preços forem diferentes entre os dois países, ou seja, se o preço do país local superar o preço do país estrangeiro. Supondo que o preço do trigo no país local exceda o preço do trigo no país estrangeiro, o trigo passará a ser exportado do país estrangeiro para o país local.

Assim, ocorrerá um aumento na demanda por trigo no país Estrangeiro e uma redução na demanda no país Local, fazendo com que essa diferença de preços seja eliminada e, conseqüentemente, o comércio também.

O equilíbrio internacional ocorre quando a demanda de importações do Local é igual à oferta de exportações no Estrangeiro. No ponto onde a curva de demanda internacional por trigo e a curva de oferta internacional de trigo se cruzam, obtemos o equilíbrio do mercado.

Alguns aspectos são fundamentais para a análise dos defensores do livre mercado, que, a exemplo do modelo apresentado por Paul Krugman em seu Manual, o ponto de maior relevância para a avaliação de uma política de

proteção a indústria interna seria a argumentação das distorções de produção e consumo.

Para essa linha de pensamento, a imposição de uma tarifa para a importação de produtos forçaria a elevação dos preços e assim causaria distorção na produção, consumo e arrecadação governamental.

Esse aumento de preços causado pela tarifa será replicado no comportamento das curvas de demanda e oferta, que deslocariam o seu preço de equilíbrio para um ponto mais alto, motivando dessa forma os produtores. Por outro lado, essa motivação gerada pelo aumento de preço, no fim das contas, seria prejudicial ao produtor, pois, na verdade a diferença entre o P (Preço antes do tributo) e P_t (Preço após o tributo) seria o aumento da arrecadação do governo e não o que os produtores ganhariam com o aumento de preços, acarretando em perdas líquidas para o produtor.

Pelo ponto de vista do consumidor, um aumento de preços acarreta em uma diminuição da demanda, trazendo o equilíbrio para um ponto mais baixo na curva de demanda, o que ocasiona uma perda de bem-estar pela redução do consumo desses bens.

Segundo essa análise o único dos "players" econômicos que apresentariam ganhos seria o governo, que aumentaria a sua arrecadação. Assim, no apanhado geral da análise dos pesos líquidos para o consumidor e produtor, a imposição de uma tarifa alteraria o andamento do mercado e deslocaria a produção e consumo para um ponto com perdas da população maiores do que os ganhos, ou seja, essa forte argumentação baseia a resposta dos liberais para o desenvolvimento de uma política do comércio exterior e proteção.

Para esses autores, a medição dos efeitos de uma tarifa se restringe a avaliação dos excedentes dos consumidores e produtores, entretanto, ao longo do trabalho, mostraremos outras variáveis importantes a serem consideradas para avaliar os efeitos de uma tarifa para fazer contraposição a essas ideias e mostrar que existem outros fatores a serem considerados ao analisar uma política tarifária.

Nesse contexto, as políticas protecionistas são sempre prejudiciais ao bem-estar econômico geral, pois trazem distorções na produção e no consumo além de gerarem ineficiência.

1.2. Uma breve análise dos principais mecanismos de proteção ao comércio presentes no modelo-pró livre-comércio.

Após essa breve exposição sobre o modelo apresentado por Krugman e Obstfeld (2005), farei uma análise dos principais mecanismos de proteção ao comércio para compreender os efeitos líquidos. Porém, ao mesmo tempo, buscarei mostrar o contraponto desse modelo bastante simplificado com um exemplo real da economia; análise histórica e com modelos mais sofisticados e mais próximos da realidade.

Porém esses modelos não levam em consideração alguns aspectos fundamentais na análise do comércio internacional, dentre eles lista-se as variáveis como câmbio; tecnologia; transporte; produtos variados; emprego.

Tais variáveis são fundamentais na análise do comércio e devem ser incorporadas ao comércio exterior. O modelo é completamente válido didaticamente, porém não deve ser uma verdade absoluta perante a avaliação de políticas protecionistas ou de livre-mercado.

Como dito anteriormente, algumas variáveis estão inseridas no contexto atual e podem explicar o porquê das políticas protecionistas. Estas não podem ser esquecidas ao analisar uma aplicação de movimentos protecionistas. Para isso, é necessário compreender os motivos pelos quais tornam essas variáveis inseridas na análise.

Sabe-se que o câmbio, por exemplo, muitas vezes determina o aumento do volume de exportações de um país. Sempre que há um câmbio desvalorizado, existe um estímulo às exportações, já que os preços dos produtos exportados se tornam aparentemente mais baratos e que a moeda valorizada do país importador torna mais baratos os preços dos produtos.

Normalmente, o câmbio também é uma ferramenta para a defesa da pauta exportadora de um país. Observa-se que vários países adotam um regime cambial para defender seus produtos exportados. A China, por exemplo, mantém sempre o seu câmbio desvalorizado artificialmente para estimular a exportação de seus produtos. Além de tudo, essa variável pode ser instrumento para a defesa de certos interesses, motivando o aumento do volume de exportações, por exemplo.

Países que detêm produtos primários, *commodities*, como principais produtos da sua pauta exportadora, normalmente são mais afetados pelo câmbio, mais uma motivação importante para a defesa de uma política que possa motivar o desenvolvimento industrial e tecnológico.

Outra variável que não está inserida no modelo, mas é fundamental na análise do comércio, são os custos com transporte. No modelo apresentado por Krugman e Obstfeld (2005), os transportes têm custos praticamente nulos, ou seja, não são incorporados aos custos de exportação. Entretanto, entende-se que o Brasil, por exemplo, tem uma infraestrutura defasada que aumenta os custos dos transportes. Assim, esse fator, que eleva o preço do produto, muitas vezes é uma barreira à entrada ou à saída de um produto, pois eleva os valores de uma variável que está inserida em qualquer modelo, o preço.

Tal é a importância dos custos de transportes que ao longo dos anos a logística vem tomando cada dia um papel mais importante, com o intuito de buscar reduzir os custos e o tempo de transporte de uma mercadoria do local da produção para o consumidor final.

Outro fator importantíssimo que não é levado em consideração no modelo é o nível de emprego e o preço da mão-de-obra. Aumentar o emprego internamente pode ser um fator motivador para as políticas de proteção à indústria, pois a geração de empregos na indústria gera benefício a toda uma cadeia e não simplesmente aos novos empregados das fábricas. Assim, deve-se levar em consideração também o aumento do bem-estar geral motivado pela geração de emprego e aumento da renda. O aumento do nível de emprego tem um efeito multiplicador e gera benefícios no consumo, no investimento e nos níveis de poupança.

A tecnologia e o grau de desenvolvimento tecnológico das nações que estão em comércio, tampouco são levados em consideração no modelo apresentado por Krugman e Obstfeld (2005). A ausência desse fator tão importante para a produtividade e com um potencial enorme de redução de preços influenciam fortemente as relações de comércio e a balança comercial dos dois países, tanto no que se diz respeito ao aumento de produtividade, como na produção de produtos com maior valor agregado, como máquinas, equipamentos, carros, aviões etc.

Além de tudo isso, o modelo utiliza apenas um produto. Assim, explica-se o comércio apenas através da diferença de preços, não existe relação com a qualidade do produto, benefícios ou custos para a saúde.

Essa análise busca mostrar que o modelo utilizado pelo Krugman e Obstfeld (2005) é interessante no ponto de vista de consistência lógica. Porém, analisar esses modelos altamente simplificados para justificar a defesa do livre-mercado e mostrar que a intervenção estatal no comércio é sempre maléfica, é exagero.

No entanto, deve-se procurar modelos mais consistentes e mais próximos à realidade ou até mesmo exemplos reais, para avaliar quais são de fato os custos e os benefícios do protecionismo. Sabemos que o laboratório da Economia e de qualquer ciência social é a própria sociedade, portanto, faz-se necessária uma análise mais profunda de casos de desenvolvimento da indústria em um estudo caso a caso.

É necessária a seleção de alguns casos de países que se desenvolveram ao longo dos séculos e estudar quais foram as políticas relacionadas com o comércio exterior. Houve a aplicação de tarifas a importação; o governo subsidiou algumas áreas? Quais foram as políticas de incentivos adotadas? Houve de fato abertura comercial?

É importante, sobretudo, buscar responder essas perguntas para nortear as políticas comerciais dos países que buscam o desenvolvimento. Obviamente, existem indicadores sociais que também determinam o grau de desenvolvimento. No entanto, o desenvolvimento industrial pode claramente

motivar e ir aos poucos minando os déficits sociais através dos ganhos na Balança Comercial, geração de emprego e ganhos nos termos de Intercâmbio.

É necessária a análise de outros argumentos. Devemos desconfiar dos interesses desses órgãos e buscar exemplos empíricos para nortear a argumentação. Para isso, faremos no capítulo seguinte uma análise das ideias de alguns autores contrários à concepção do livre mercado para o desenvolvimento industrial.

CAPÍTULO 2 - O PENSAMENTO ECONÔMICO DE HA-JOON CHANG E O DEBATE SOBRE PROTECIONISMO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA INTERNA: O FRACASSO DAS “BOAS POLÍTICAS”

O sul-coreano Há-Joon Chang analisa, claramente, de maneira diferenciada a temática do Comércio Exterior e a relação com o desenvolvimento da Indústria de um país.

Como já foi mencionado, para os defensores do Livre-Comércio, as práticas protecionistas trazem perdas de bem estar, pois alegam que a implantação de uma alíquota aumentará o preço dos produtos importados, diminuindo conseqüentemente o consumo da população. Essa linha de pensamento julga que as práticas protecionistas geram distorções acentuadas de produção e consumo, trazendo perdas maiores do que ganhos para a população.

Além disso, os defensores do livre comércio advogam que a concorrência externa estimula o desenvolvimento da Indústria Interna, ou seja, as práticas protecionistas causariam um efeito de acomodação, pois a proteção estatal garante uma menor entrada de produtos importados e, conseqüentemente, um menor desenvolvimento da indústria interna, já que os consumidores seriam forçados a consumir os produtos produzidos internamente diante das barreiras à entrada de produtos internacionais.

Do outro lado, os defensores do protecionismo alegam que, historicamente, o desenvolvimento dos Países Atualmente Desenvolvidos (PADs), que tinham uma produção industrial fraca e hoje detêm um potencial produtivo excelente, deu-se através de práticas protecionistas. A imposição de barreiras à entrada realizada por esses países é incontestável. Realmente observa-se, ao analisar a história de seus desenvolvimentos, a realização de práticas de proteção a indústria interna.

No entanto, recorrendo ao pensamento de Chang (2002), observa-se claramente que os modelos pró-livre-comércio, não levam em conta fatores importantes para o funcionamento do comércio, realizando uma aparente simplificação dos modelos de análise, nos quais aqueles são apresentados

pelo economista sul coreano como atemporais a-históricos e não espaciais (2002). Assim, faz-se necessária uma análise mais aprofundada desses componentes econômicos para examinar verdadeiramente os impactos de intervenções governamentais no comércio internacional e do desenvolvimento da Indústria doméstica.

De acordo com Ha-Joon Chang, a adoção de políticas de Livre-Mercado não favorece o desenvolvimento da indústria interna, contrariando o que de fato aconteceu na história do desenvolvimento das potências econômicas atuais. Na realidade, as práticas de livre mercado favorecem apenas aos mais desenvolvidos, pois garantem que seus produtos industrializados sejam consumidos pelos países sem indústria forte.

Em outras palavras, esse discurso esconde práticas protecionistas do passado dos países ricos, exigindo que os países em desenvolvimento ou emergentes sigam um caminho muito mais difícil.

Na compreensão de Ha-Joon Chang (2002), há uma enorme pressão por parte dos países desenvolvidos e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo *establishment* sobre os países em desenvolvimento no sentido de listar uma série de “boas políticas” e “boas instituições” como manual destinado à promoção do desenvolvimento econômico.

Essas políticas denominadas “boas” estão prescritas no Manual do Consenso de Washington⁴. Dentre elas, encontram-se as políticas restritivas (redução dos gastos do governo); a liberalização do comércio internacional e dos investimentos; a privatização de empresas públicas, além de impor iniciativas de desregulamentação financeira.

Ainda segundo Chang (2002), pelo lado das “instituições boas” deve-se adotar como instituições-chave a democracia, a burocracia “boa”, o judiciário independente; a forte proteção aos direitos de propriedade privada; uma

⁴ Economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos criaram, em novembro de 1989, um conjunto de medidas e regras básicas que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de 1990.

governança empresarial transparente e orientada para o mercado e um banco central politicamente independente.

De acordo com a visão liberal, esses pilares fundamentais das “boas políticas” são parâmetros impreteríveis para o desenvolvimento econômico e os países em desenvolvimento devem observar atentamente as indicações, ou ainda, o histórico do progresso institucional dos chamados PADs para, de alguma maneira, apreender lições e obter a tão almejada ascensão doméstica e internacional. Acrescentar-se-ia, ainda, neste inventário, a adoção de políticas cambiais como o câmbio flutuante.

Segundo Chang, muitos interlocutores contemporâneos poderiam consubstanciar que a governança empresarial, o Judiciário e Banco Central independentes, as bases tarifárias, a democracia, a orientação da burocracia, o sistema bancário, os regimes de direito e proteção sobre a propriedade intelectual (e privada), entre outros pilares fundamentais das “boas políticas” são parâmetros impreteríveis e os países em desenvolvimento devem observar atentamente essas indicações. Considere-se ainda, o histórico do progresso institucional dos chamados PADs para, de alguma maneira, apreender lições e obter a tão almejada ascensão doméstica e internacional.

Contudo, o autor rechaça essas chaves explicativas com argumentação profundamente calcada em bases metodológicas sólidas, fundadas em rigorosa análise histórica, de forma suficiente para afirmar com convicção que essas orientações atendem à conveniência perspicaz para com os objetivos dos países desenvolvidos.

Este economista também afirma que cada país tem suas peculiaridades e a aplicação direta das orientações sugeridas pelos PADs não necessariamente trazem progresso e desenvolvimento e, ao analisar a história desses próprios países, percebe-se claramente tal fato.

Segundo o autor, o desenvolvimento desses países se deu através da aplicação de tarifas para a importação de produtos industrializados juntamente com políticas centradas no desenvolvimento da Indústria, Comércio e Tecnologia (ICT).

No mesmo sentido das ideias de Chang, de acordo com o economista alemão Friederich List (1789-1846), que é considerado por muitos o pai do argumento da indústria nascente, diante de países desenvolvidos não é possível, no caso dos mais atrasados, desenvolver a indústria sem a intervenção do Estado. Em seu livro, *O sistema nacional de economia política* (1841), ao analisar historicamente os países mais importantes do ocidente na época, observa List:

Tendo atingindo certo grau de desenvolvimento por meio do livre-comércio os grandes monarcas da (Grã-Bretanha) perceberam que não se podia obter um alto grau de civilização, poder e riqueza sem uma combinação de manufatura, comércio e agricultura. Deram-se conta de que a recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre concorrência com as estrangeiras, estabelecidas havia muito mais tempo (as italianas, as hanseáticas, as belgas e as holandesas) (LIST *apud* CHANG, 2002, p. 39).

Segundo Chang, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, tais países “trataram de transplantar para solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros” (2002, p. 17). No sentido de fortalecer sua tese, algumas experiências históricas foram analisadas pelo autor.

Ainda segundo ele, o desenvolvimento inglês se deu através da adoção de políticas protecionistas e não de abertura comercial como eles dizem. Ao fazer uma análise histórica, percebe-se que o desenvolvimento industrial inglês ocorreu de maneira oposta, na qual uma economia de mercado não predominava, suas políticas de proteção obtiveram sucesso que a transformaram rapidamente na maior potência da época. Entretanto, os economistas ingleses aconselham a abertura comercial como modelo de desenvolvimento industrial, alegando que o seu desenvolvimento industrial aconteceu após a adoção de políticas de mercado na qual não foram adotadas políticas protecionistas.

Conforme alerta o autor, a história econômica inglesa mostra uma forte intervenção no sentido de restringir a importação de produtos manufaturados, subsídios, privilégios e incentivos à produção local. Tais políticas favoreceram

o nascimento de uma fortíssima indústria inglesa, diferentemente do modelo “espalhado pelos economistas ingleses”.

Outro exemplo claro de desenvolvimento da indústria nacional na qual prevaleceram políticas de proteção, é o caso dos Estados Unidos. Para Adam Smith e Jean-Baptiste Say, a economia americana seria sempre dependente da sua agricultura e de seus recursos naturais. Diante disso, Adam Smith (apud CHANG, 2002 p.346-8) aconselha que os norte-americanos não promovam sua indústria.

Se os americanos, seja mediante boicote, seja por meio de qualquer outro tipo de violência, suspenderam a importação das manufaturas europeias e, assim, concederem um monopólio aos seus compatriotas capazes de fabricar os mesmos bens, desviando uma parcela considerável do capital para esse fim, estarão retardando o futuro crescimento do valor de seu produto anual, em vez de acertá-lo, e estarão obstruindo o progresso do país rumo à riqueza e à grandeza verdadeira, em vez de promovê-lo. (SMITH apud CHANG, 2002 p.346-8)

Portanto, diante do arsenal de conselhos econômicos, os norte-americanos adotaram políticas de proteção às suas indústrias, pois desejavam a não dependência em relação à agricultura, mas gostariam de tê-la apenas como um algo mais. As indústrias incipientes americanas obtiveram papel de destaque a partir de 1816.

Os termos de troca, que é o valor relativo de uma mercadoria exportada em relação ao preço de uma mercadoria importada, também fazem parte de um argumento bastante interessante na defesa do desenvolvimento de uma indústria nascente, pois sabemos que, normalmente, os produtos industrializados detêm maior valor agregado que produtos primários. Portanto, trata-se de um argumento também favorável à proteção.

Além desse argumento relacionado aos termos de troca, existe uma comparação da elasticidade-renda dos produtos agrícolas (*commodities* minerais e agrícolas) e manufaturados. Um aumento da renda média de um país não garante um aumento proporcional do consumo desses produtos. Entretanto, um aumento de renda média de uma população aumenta a demanda por produtos manufaturados (industrializados).

Assim, um país exportador de *commodities* e importador de manufaturas deve incentivar o desenvolvimento da indústria, aproveitando a preexistência de uma vantagem em recursos naturais e mão de obra barata, buscando diminuir a vulnerabilidade no comércio exterior.

Retomando o pensamento de Chang, este rebate as críticas ao modelo de proteção, já que essas são pautadas na ideia de que a concorrência é estimulante, e a proteção desestimularia o desenvolvimento industrial. Sendo assim, além de o governo proteger a indústria, ele também dá incentivos em Indústria, Comércio e Tecnologia (ICT).

Em suma, para os defensores do livre-mercado, as políticas protecionistas são sempre prejudiciais ao bem-estar econômico geral, ou seja, trazem sempre maiores perdas do que ganhos, pois trazem distorções na produção e no consumo além de gerarem ineficiência.

2.1 As políticas ativistas para o desenvolvimento da Indústria, Comércio e Tecnologia – ICT: apresentando os argumentos de Ha-Joon Chang

Chang (2002) considera que o desenvolvimento econômico só é possível quando ocorre um incentivo paralelo à indústria nascente. Para atingir um grau satisfatório de desenvolvimento industrial e tecnológico, é necessário que sejam adotadas políticas de proteção à indústria, atreladas aos incentivos às mesmas. Assim, ele considera que os Países Atualmente Desenvolvidos (PADs) somente atingiram esse grau de desenvolvimento econômico e social atual mediante a adoção de políticas protecionistas em algum momento da história.

Considera que aconteceram no decorrer do desenvolvimento dos PADs uma série de políticas ativas em Indústria, Comércio e Tecnologia (ICT) para o alcance do estágio de desenvolvimento atual. Assim, o autor afirma que:

Como se observou inúmeras vezes nos últimos séculos, o problema comum enfrentado por todas as economias em *catching-up* é que a passagem para atividades de maior valor agregado, que constitui a chave do processo de

desenvolvimento econômico, não se dá naturalmente (2002, p. 208).

Continua o autor,

Assim sendo, o pacote de “boas políticas” atualmente recomentado, que enfatiza os benefícios do livre-comércio e de outras políticas de ICT do laissez-faire, parece conflitar com a experiência histórica. Com uma ou duas exceções (por exemplo, Holanda e Suíça), os PADS não tiveram sucesso com base nesse pacote de políticas. As que usaram para chegar ao lugar em que estão hoje – ou seja, as políticas de ICT ativistas – são precisamente aquelas que eles mandam os países em desenvolvimento não usarem, por causa de seu efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico (Idem, p. 211).

Partindo desse pressuposto, Chang observa os diversos modelos de desenvolvimento econômico e garante que a tese da Organização Mundial do Comércio e a lista de “boas políticas” listadas e recomendadas pelo Consenso de Washington, somente interessa aos países já desenvolvidos, pois essa lista garante a dependência tecnológica por parte dos países emergentes e subdesenvolvidos.

Assim, conforme analisa Chang, com um elevado grau de dependência tecnológica, os países emergentes se esbarram em uma lista de “boas políticas” que, na verdade, bloqueiam e atrapalham o desenvolvimento industrial e um conseqüente desenvolvimento econômico e social. Em contraposição, as economias em catching-up utilizaram

políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) ativistas – mas não simplesmente a proteção tarifária, como assinala reiteradamente – para promover o desenvolvimento econômico [...] ‘De lá pra cá, os instrumentos políticos envolvidos em tal esforço promocional tornaram-se mais variados, complexos e efetivos, mas o padrão geral permaneceu notavelmente fiel a si mesmo’ (2002, p, 208)

A agricultura também é fundamental para o desenvolvimento. Entretanto, a cada dia que passa ela depende mais e mais de técnicas sofisticadas de produção, pois a adoção de técnicas e tecnologias de produção agrícola facilita e reduz o custo de produção e aumenta a sua velocidade.

Sabe-se, assim, que custos menores tornam os produtos mais competitivos tanto nacionalmente quanto internacionalmente, pois aumenta o poder de negociação através da redução dos preços.

Portanto, até mesmo a agricultura não está livre da modernização. Países com abundância de recursos naturais também podem ser ultrapassados por países menos favorecidos naturalmente por esse setor, através da adoção de técnicas mais modernas e produtivas. Para isso, é necessário que técnicas agrícolas modernas sejam inseridas no país. A esse respeito, Chang postula:

Emerge um padrão consistente, no qual todas as economias em *catching-up* usam políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) ativistas – mas não simplesmente a proteção tarifária, como assinalarei reiteradamente – para promover o desenvolvimento econômico [...]. De lá pra cá, os instrumentos políticos envolvidos em tal esforço promocional tornaram-se mais variados, complexos e efetivos, mas o padrão geral permaneceu notavelmente fiel a si mesmo (2002, p. 208).

Chang continua sua análise afirmando que

O quadro resultante do nosso apanhado histórico parece suficientemente claro. Na tentativa de alcançar as economias de fronteira, os PADs recorreram à política industrial, comércio e tecnológica intervencionistas a fim de promover as indústrias nascentes. As formas e a ênfase dessas políticas podem ter variado de país para país, mas é inegável que todos as aplicaram ativamente. Em termos relativos (isto é, levando em consideração a defasagem de produtividade com os países mais avançados), a verdade é que muitos deles protegeram suas indústrias com muito mais vigor do que os atuais países em desenvolvimento (Idem, p. 210-211).

Partindo da constatação histórica realizada por Chang, é desconfiável acreditar na metodologia e na lista de “boas instituições”, “boas políticas” e “boas recomendações” listadas pelo Consenso de Washington e defendidas fortemente pela Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa lista de “boas recomendações” parece evitar que o processo de *catching-up* dos países subdesenvolvidos aconteça.

Essa lista atua de forma contraditória. Na realidade, ela deveria ser uma listagem de recomendações que não deveriam ser seguidas para alcançar um desenvolvimento. A história comprova que a forte atuação dos Estados em ICT foi claramente ativa e fundamental para o *catching-up* desses países.

É espantoso observar que países ditos tão liberais e com ações tão voltadas ao livre-mercado como a economia americana, por exemplo, adotaram fortemente políticas de intervenção nesses setores. Talvez seja um pouco de ingenuidade seguir essa lista de recomendação, ou as ameaças de retaliações claramente surtem efeito quando se trata de um país que adota um grau de intervenção elevado.

A evidência empírica são aquilidades por informações históricas e acreditar em algo que fuja disso, ou seguir recomendações diferentes das comprovadas pela história, parece-me ingenuidade ou comprovação de uma elevada influência econômica dos países desenvolvidos em relação aos emergentes.

As ameaças de retaliações econômicas são preocupantes e são um modelo estratégico adotado pelos países desenvolvidos para garantir uma menor concorrência aos produtos industrializados e com maior valor agregado.

O argumento utilizado pelos países para defender as políticas ativistas em ICT é explicada por Chang da seguinte forma:

A única maneira de os países desenvolvidos repelirem a acusação de que estão “chutando a escada” seria argumentar que as políticas ICT ativistas, de que eles se valeram no passado, foram benéficas ao desenvolvimento econômico, mas deixaram de ser, pois “os tempos mudaram”. Em outras palavras seria argumentar que as boas políticas de ontem talvez não sejam tão boas assim hoje em dia (2002, p. 211).

Além disso, Chang argumenta que, aos poucos, após atingir o desenvolvimento, os PADs passaram a adotar políticas boas e seguir as instruções impostas por eles mesmos. Entretanto, o resultado não foi como o esperado: o crescimento econômico baixo foi o fato vivenciado nos últimos 20 anos.

Na verdade, o que se comprova aos poucos, se atentos para as lições da história, é o fato de que essas “boas políticas” não são tão eficientes assim e que, na realidade, as políticas realmente eficientes são as que foram utilizadas e observadas ao longo do desenvolvimento deles, e essa tentativa de adotar “boas políticas” não passa de uma tentativa fracassada.

Nesse cenário, Chang adverte que

O fato patente é que as “reformas políticas” neoliberais se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico. Quando da sua implementação, garantiram-nos que, embora essas “reformas” talvez aumentassem a desigualdade a curto e possivelmente, também a longo prazo, elas gerariam um crescimento mais rápido e, enfim, alcançariam a todos mais efetivamente do que as políticas intervencionistas do imediato pós guerra. Os dados das últimas duas décadas mostram que só a parte negativa dessa previsão se confirmou. A desigualdade da renda aumentou tal como se previu, mas a prometida aceleração do crescimento não se verificou. Aliás, em comparação com o período 1960-1980, no qual predominaram as “políticas ruins”, o crescimento se desacelerou acentuadamente nas últimas duas décadas, sobretudo nos países em desenvolvimento. (2002, p 212)

Parece paradoxal evidenciar que os países em desenvolvimento cresceram muito mais rapidamente no momento em que não praticavam as “boas políticas”, além de comprovar também que os ganhos sociais e a redução da desigualdade de renda também foram menores nesse momento.

Resta, nesse quadro, elencar alguns questionamentos em torno dessa realidade econômica: o que de fato acontece? Qual conjunto de políticas deve ser adotado? Qual o limite dessas intervenções? Chang oferece, em última instância, uma reflexão importante a respeito dessas indagações:

A resposta óbvia para tal paradoxo é reconhecer que as políticas supostamente “boas” nada têm de benefício para os países em desenvolvimento, pelo contrário, na verdade é provável que as políticas “ruins” lhes façam bem quando efetivamente implementadas (CHANG, 2002 p. 228).

Ao comparar historicamente as políticas de ICT adotadas pelos PADs no seu período de desenvolvimento, constata-se, com apoio nos estudos de

Chang (2002), que a adoção de políticas intervencionistas de fato aconteceu, porém realizadas através de metodologias diferentes. Entretanto, grande parte destas aclamadas políticas fez uso da proteção tarifária como componente fundamental.

Por se tratar da maior economia atualmente e dos maiores defensores do livre-mercado, citarei uma breve exposição do que ocorreu nos Estados Unidos durante o período de *catching-up*.

Durante mais de um século (1816-1945), o governo norte-americano pôs essa lógica em prática com mais diligência do que qualquer outro. Nesse período, o país teve uma das taxas tarifárias médias de importação de manufaturados mais elevadas do mundo. Dado que, pelo menos até a década de 1870 o país contou com um grau extremamente alto de proteção "natural", em razão dos elevados custos do transporte, não é insensato dizer que, durante o *catching-up* industrial as fábricas norte-americanas foram as mais protegidas do mundo. O político independente e populista ultraconservador Pat Buchanan não deixa de ter uma parcela de razão quando afirma que o livre-comércio é "desamericano" (CHANG, 2002, p. 110).

Essa afirmação de que o livre-comércio é "desamericano" conota um grau de defasagem quando se trata do assunto de intervenção e apoio ao desenvolvimento da indústria nascente. É bastante contraditório observar as diretrizes do Consenso de Washington, proibindo a intervenção e delegando o livre-mercado, quando de fato o que se observa foi um intervencionismo até exagerado e duradouro no caso norte americano. Conforme Chang,

Sem dúvida, a indústria norte-americana não precisava necessariamente de toda essa proteção tarifária de que dispôs, e muitas dessas tarifas duraram mais do que foram úteis. No entanto, também é claro que a economia do país não teria chegado onde se encontra hoje se não houvesse contado com uma forte proteção tarifária, pelo menos a certas indústrias-chave nascentes. Também se deve realçar o papel desempenhado pelo governo no desenvolvimento infraestrutural e no apoio à P&D, que prossegue até hoje (2002, p. 111).

É inegável o elevado grau de intervenção e apoio à ICT no caso norte-americano, como também é inegável a competência de se atrelar a setores-

chave e com alto poder de encadeamento que foram fundamentais para o desenvolvimento desse país.

Ao longo do desenvolvimento histórico dos países atualmente desenvolvidos, Chang diz que, na maioria dos casos, o desenvolvimento econômico e social dos países foi atrelado a políticas de proteção à indústria interna.

Em um artigo do livro *Le protectionisme et ses ennemies*, Frédéric Lordon menciona a necessidade de se ter em mente duas questões sobre as crenças protecionistas na economia hoje. A primeira diz respeito ao efeito de se utilizarem categorias de análises as mais “falsamente evidentes”⁵.

A segunda trata-se de perceber como o debate público atual entre os economistas pode se pautar por questões frágeis, que Lordon considera sem sentido. Ele fala ainda que o termo “não protecionismo” partiria de uma crença geral, que denomina um terreno plano, sem contestações, gerando uma experiência em que devem se atirar os competidores.

Crítico a esse modelo pronto e acabado de livre comércio, Lordon questiona: o não protecionismo existe? Ou, ainda, afirma este economista: esse modelo poderia existir apenas como um fantasma em um mundo que fosse definitivamente homogêneo, o que não é o caso da realidade em que vivemos (LORDON, 2012 pp.13-15).

No mesmo livro, Ha-Joon Chang, por sua vez, identifica o livre comércio como uma referência atual, quase um mandamento ou lei superior, comum a todos os organismos multilaterais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

Este economista aponta a consolidação dessas ideias e sua divulgação a partir da crise da dívida dos países em desenvolvimento no ano de 1982 e, num segundo momento, na queda do comunismo no início da década dos anos 1990 (2012, p. 23).

⁵ Tradução livre do autor deste trabalho dos textos: *La menace protectionniste, le concept vide de sens*, de Frédéric Lordon; *Du protectionnisme au libre-échangeisme, une conversion opportuniste*, de Ha-Joon Chang; *Le retour Du protectionnisme et la Fureu de ses Ennemis*, publicados originalmente no livro intitulado *Le protectionnisme et ses ennemies*, organizado por CHANG, Ha-Joon (et al. Paris: *Le Monde Diplomatic*, 2012)

O autor coreano prossegue questionando esse modelo único propagado especialmente pelos Estados Unidos da América e pela Grã-Bretanha, afirmando que esses países adotam uma postura contraditória, pois, além de terem sido historicamente protecionistas, chegaram a utilizar-se de medidas de proteção que consideram “agressivas” para proteger e desenvolver suas indústrias estratégicas (Idem, p. 24).

Chang apresenta ainda dados históricos do comércio internacional, entre as décadas de 1960 e 1970 e as décadas seguintes, de 1980 a 1990 e argumenta, através da comparação entre esses períodos, que mesmo com a adoção de uma abertura comercial mais elevada no período estabelecido entre as décadas de 1980 a 1990 a economia crescia a passos menores do que durante o período em que se constatava a presença de práticas protecionistas e outras regulações 1960 a 1970. Como crítico daquele modelo e suas políticas de livre-comércio, argumenta que o comércio mundial nas décadas anteriores a 1980.

No livro *Le protectionisme*, Chang conclui ainda que o esforço do livre-comércio dos países em desenvolvimento está por trás da crise que atinge esses países, especialmente no período compreendido entre as décadas que pesquisa, 1980-1990 (2012, p. 35).

Sobre suas consequências políticas, este autor prossegue fazendo a previsão de que se a OMC mantiver seus mecanismos de privar os países pobres de buscar seu desenvolvimento, pode ocorrer, nos próximos anos, uma saída em massa desses países daquela organização. E se, ao contrário, a OMC flexibilizar o protecionismo, serão os países de maior poder econômico que poderão deixá-la. É esse o dilema que se apresenta para todos os organismos multilaterais: desobediência, fuga em massa ou enfraquecimento geral.

No mesmo livro, Jacques Sapir apresenta as práticas protecionistas do extremo oriente liderados pela China como mecanismo de proteção de seu comércio exterior e mais recentemente de seu mercado interno. Ele menciona o estabelecimento de cotas e o aumento das tarifas aduaneiras como exemplos concretos desse modelo de proteção.

Outra novidade desse artigo é que menciona a queda ou a redução dos salários seja de forma direta ou indireta. De forma indireta, esse corte salarial se dá nos Estados Unidos da América recentemente e em outros países na década dos anos 2000, caracterizados na baixa pela rede de proteção social e salarial dos trabalhos.

Sapir identifica o mesmo fenômeno de redução de salários na União Europeia através da política do Banco Central Europeu (BCE) que foram importadas dos EUA por países como Irlanda, Espanha, Grécia e Reino Unido. O autor apresenta como consequência dessa “déflation salariale” uma explosão do endividamento desses países que, a exemplo dos EUA, viram a dívida de seus países superar os 100% do PIB.

Como proteção dos países do extremo oriente contra a crise de 1997 a 1999, Sapir fala de duas políticas principais: a primeira, a constituição de grandiosas reservas em dólar; a segunda, mecanismos de deflação salarial que comprimiu o mercado de consumo interno. Concluindo, Jacques Sapir afirma que essas políticas de redução salarial não melhoraram em nada a vida dos países em desenvolvimento e dos países pobres, ao contrário contribuíram para a queda dos níveis econômicos daqueles países em virtude da redução do consumo e dos seus mercados internos. Para Sapir, o retorno do protecionismo para esses países parece inevitável (2012, p. 55).

2.2. Desenvolvimento econômico e *doença holandesa*: argumentação a favor da proteção à indústria

Para fortalecer a argumentação histórica de Ha Joon-Chang feita no início deste capítulo, será feita uma observação das ideias e sugestões de Bresser Pereira (2010) para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e a cura para a *doença holandesa*, conceito de Bresser para justificar o atraso da indústria dos países em desenvolvimento e a difícil tarefa de competição industrial com as nações desenvolvidas.

Para dar início a essa argumentação, é importante explicar o conceito de *doença holandesa* que foi inspirado a partir do momento vivido pela Holanda na

década de 1960 após o descobrimento de depósito de gás natural no Mar do Norte, que acarretou em um aumento das exportações de *commodities* energéticas e uma sobrevalorização do câmbio e a conseqüente perda de competitividade da indústria holandesa e de setores de maior valor agregado, levando a um processo de desindustrialização.

A Holanda passou a experimentar sucessivos superávits na Balança Comercial de produtos primários e sucessivos déficits na Balança Comercial da indústria. Esse acúmulo de superávits sobrevalorizou o câmbio holandês, reduzindo uma vantagem comparativa da indústria (moeda mais barata) e a redução da produtividade da mesma, acarretando em um forte processo de desindustrialização.

Após essa pequena explicação do conceito de *doença holandesa*, abordarei a situação dos países em desenvolvimento, principalmente o Brasil, e analisarei se, de fato, há um processo de desindustrialização forçada pela dependência de produtos primários e a sobrevalorização do câmbio causada por ela.

De acordo com Bresser Pereira, o desenvolvimento das economias capitalistas parte do processo histórico de crescimento de produtividade e dos padrões de vida da população atrelados à utilização do excedente econômico para a acumulação de capital e o progresso técnico-científico. Para ele, essa foi a experiência histórica dos países desenvolvidos até hoje.

Por outro lado, o subdesenvolvimento de alguns países é determinado pela dependência de produtos industrializados e pela subordinação das nações subdesenvolvidas em relação a nações imperialistas.

De acordo com Bresser (2010), como o desenvolvimento econômico é um processo histórico que ocorre a partir da revolução capitalista, também o subdesenvolvimento tem essa característica. Um país subdesenvolvido não é apenas “atrasado” em termos econômicos porque realizou sua revolução nacional e capitalista depois de os países ricos a terem feito. É também, segundo o autor, um país cujas elites aceitam a subordinação a uma potência imperial. É praticamente impossível alcançar o desenvolvimento econômico em uma situação colonial ou mesmo de mera dependência, porque os países ricos

estão sempre agindo de forma imperial em relação a eles, estão sempre “chutando a escada” para que os que vêm atrás não consigam também chegar ao seu próprio nível.

Assim como Chang, Bresser Pereira também faz referência à expressão “chutando a escada”, do economista alemão Friederich List, em 1846 que faz alusão às dificuldades impostas pela Inglaterra ao desenvolvimento alemão no século XIX com conselhos de não industrialização, assim como o receituário de “boas medidas” do Consenso de Washington, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O desenvolvimento de um país retardatário e dependente passa geralmente por três etapas: acumulação primitiva primário-exportadora, revolução nacional e industrial e desenvolvimento sustentado. Na primeira fase, o país geralmente aproveita um ou mais recursos naturais para exportar e, assim, dar origem aos quatro elementos fundamentais para a revolução capitalista: um mercado interno, um Estado organizado, um estoque inicial de capital e um conjunto de empresários capazes de obter crédito no mercado interno, inovar e investir. É a fase mais difícil porque esses quatro fatores estão ainda ausentes e não há forma clara de fazê-los seguir. E é problemática, porque a commodity que o país exporta geralmente provoca uma sobreapreciação permanente da moeda do país denominada doença holandesa que impede sua industrialização. Em consequência o país passa a ter duas taxas de câmbio de equilíbrio: a de equilíbrio “corrente” ou de mercado, determinada pela commodity que utiliza os recursos naturais abundantes e baratos do país, e a taxa de câmbio de equilíbrio “industrial” – a taxa que é necessária para que outras indústrias eficientes, que utilizam tecnologia no estado-da-arte mundial, sejam competitivas internacionalmente. Para se industrializar veremos que a condição número um é neutralizar a doença holandesa (2010, p.3).

Bresser Continua dizendo que

Para completar a revolução industrial e entrar na terceira fase – a do desenvolvimento autossustentável – os países subdesenvolvidos precisam neutralizar de maneira mais clara e definitiva sua doença holandesa e passar a exportar manufaturados, aproveitando, assim, sua vantagem sobre os países ricos concorrentes (mão de obra barata). A solução tecnicamente correta é impor um imposto sobre a exportação de commodities que dão origem a doença holandesa, e, assim,

deslocar a taxa de câmbio para o equilíbrio industrial e competitivo do país [...] (Idem, p.4)

Bresser Pereira, ao analisar a sua proposição a respeito da taxação das exportações, justifica o seu argumento através da sobrevalorização do câmbio que, segundo ele, prejudica a industrialização. Conforme o mesmo,

Um imposto de exportação sobre as *commodities* agropecuárias e principalmente minerais, estabelecido no nível correto (e variando conforme os preços internacionais da commodity) torna a taxa de câmbio de equilíbrio corrente igual à taxa de câmbio de equilíbrio industrial – a taxa necessária para a exportação dos demais bens produzidos eficientemente no país (2010 p.5).

Essa taxação das *commodities* viria como forma de compensar a sobrevalorização do câmbio e para deslocar a taxa de câmbio do equilíbrio corrente para o equilíbrio industrial, favorecendo assim tanto a arrecadação do governo para incentivos diretos à indústria nascente como o retorno da competitividade das taxas de câmbio que não seriam mais distorcidas pela exportação de *commodities*.

Um país primário exportador tem seu câmbio determinado pelo preço das *commodities* exportadas que, normalmente, são baratas em relação aos preços dos produtos de maior valor agregado e isso prejudica e desmotiva a competição e a produção de produtos industrializados, causa a *doença holandesa* e aumenta a poupança externa.

Para a correção da *doença holandesa*, Bresser Pereira sugere a aplicação de um imposto que deprecie a taxa de câmbio para o nível industrial, pois essa depreciação continuará a satisfazer a demanda dos produtores primários que obterão o mesmo lucro e continuarão a exportar, pois a alíquota será compensada pela depreciação do câmbio.

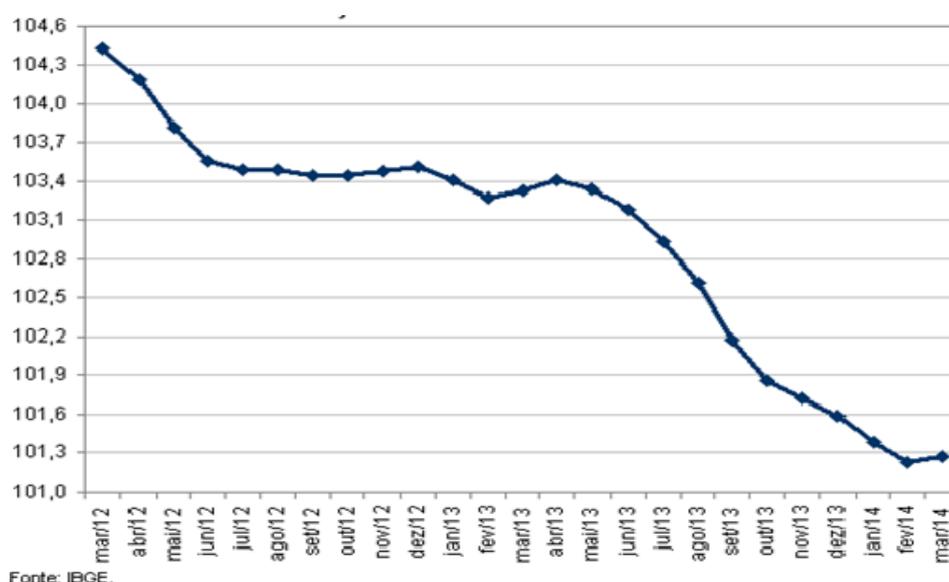
Ao corrigir a *doença holandesa*, os países obterão um grau de desenvolvimento autossustentado, incorporando o progresso técnico e o aumento de produtividade. Após a correção dessa doença, deve-se buscar também a produção de produtos com maior valor agregado, tecnologia mais

avançada e aumento dos salários médios, que ocorrerá de forma natural caso haja a correção e o incentivo correto.

A literatura para a economia brasileira constata uma perda relativa importante da indústria brasileira, a redução do valor adicionado da indústria, a alteração dos saldos comerciais, os déficits crescentes na indústria de transformação e a sobrevalorização do câmbio. Afirma-se que o Brasil está passando por um processo de industrialização com redução do emprego no setor industrial e perdas de competitividade da indústria agravada pela taxa de câmbio sobrevalorizada.

Buscando comprovar essa constatação, utilizarei um gráfico fornecido pelo IBGE, retirado da Carta 626 do IEDI 2014⁶, que tem o intuito de mostrar a situação do emprego industrial e o seu comportamento. Com esse gráfico, busca-se avaliar a importância decrescente do setor industrial brasileiro para a geração de emprego, possivelmente comprovando a migração dos empregados desse setor para outros setores da economia, como a agricultura brasileira, por exemplo, pois paralelamente ao decréscimo do emprego industrial há uma redução do desemprego no Brasil. Isso possivelmente também auxilia no diagnóstico da *doença holandesa* situada na Economia Brasileira.

Gráfico 1: Emprego Industrial – Pessoal Organizado Assalariado Índice com ajuste sazonal – Média móvel trimestral (IBGE 2014)



⁶ Disponível em http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_626.html. Acesso em 25 de maio de 2014.

O comportamento da curva inserida no gráfico mostra a redução do emprego no setor industrial brasileiro

O maior valor agregado oferecido pelos produtos industrializados em detrimento dos preços mais baratos das *commodities* aos poucos vem aumentando o déficit da Balança Comercial dos países subdesenvolvidos, o que será ilustrado pelos Gráficos, Tabelas e Cartas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) do Brasil.

Através dele, mostraremos o enorme déficit da indústria de transformação brasileira e o seu crescimento a partir do ano de 2006.

2.3. Desempenho da indústria de transformação: comprovação da necessidade de intervenção

Apresento a seguir um gráfico retirado da Carta 622 do IEDI, 2014⁷ que demonstra a situação da balança comercial brasileira partindo do ano de 1995 até o ano de 2014, fazendo uma análise comparativa entre os resultados dos primeiros semestres de cada ano.

Com o referido gráfico, apresenta-se a queda da participação da indústria brasileira na economia global do país através da curva representada pela cor laranja, que indica a trajetória e o saldo (exportações/importações) da indústria de transformação brasileira.

Paralelamente, apresenta-se no gráfico o desempenho e o saldo dos produtos primários e a sua importância crescente para a economia brasileira.

De acordo com o resultado apresentado no gráfico, há um aumento das exportações de *commodities* e bens primários e um aumento das importações dos bens industrializados, de maior valor agregado, tornando deficitária a balança comercial brasileira.

⁷ Disponível em http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_626.html. Acesso em 25 de maio de 2014.

Essa constatação se consolida com o aumento da dependência brasileira pela importação de produtos industrializados e pela restrição brasileira em exportação de commodities.

Analisando esse gráfico pelo ponto de vista de Bresser Pereira (2010) e partindo da análise do conceito de *doença holandesa*, observa-se possivelmente no Brasil um processo de desindustrialização que se agrava a cada ano com a sobrevalorização do câmbio causada pelas exportações das *commodities* agrícolas e energéticas. Esta segunda vem aumentando sua representatividade ao longo dos anos.

Assim, de acordo com o argumento dos autores expostos ao longo do trabalho para a obtenção do desenvolvimento econômico, faz-se necessária a industrialização, que, como vista no gráfico, não vem acontecendo, embora a representatividade brasileira na economia mundial venha aumentando, temos que ficar em alerta em relação à dependência brasileira das importações de produtos industrializados.

Para a mudança desse quadro de dependência externa dos produtos com maior grau de tecnologia inseridos, temos algumas possibilidades, dentre elas, a sugestão de Bresser Pereira que é pautada na necessidade de taxação das exportações de *commodities* agropecuárias e principalmente minerais, além de produtos primários para desvalorizar o câmbio, tornando a taxa de câmbio corrente igual à taxa de equilíbrio industrial, taxa essa que seria necessária para a exportação dos demais bens produzidos no país.

Com essa taxação, o governo arrecadaria mais imposto com as exportações de *commodities*, que, de acordo com Bresser Pereira (2010), essa alteração não iria afetar o volume exportado, pelo contrário, muito provavelmente aumentaria esse volume, já que a moeda estrangeira iria se apreciar em relação ao Real, acarretando em um aumento do poder de compra dos produtos brasileiros por parte dos outros países.

Em um regime de câmbio flutuante, a exportação das *commodities* agrícolas e minerais brasileiras sobrevaloriza o câmbio brasileiro, já que, ao exportar esse tipo de produto, a entrada de moeda estrangeira no país também

aumenta, causando um aumento das reservas cambiais, o que acarreta em uma valorização do Real.

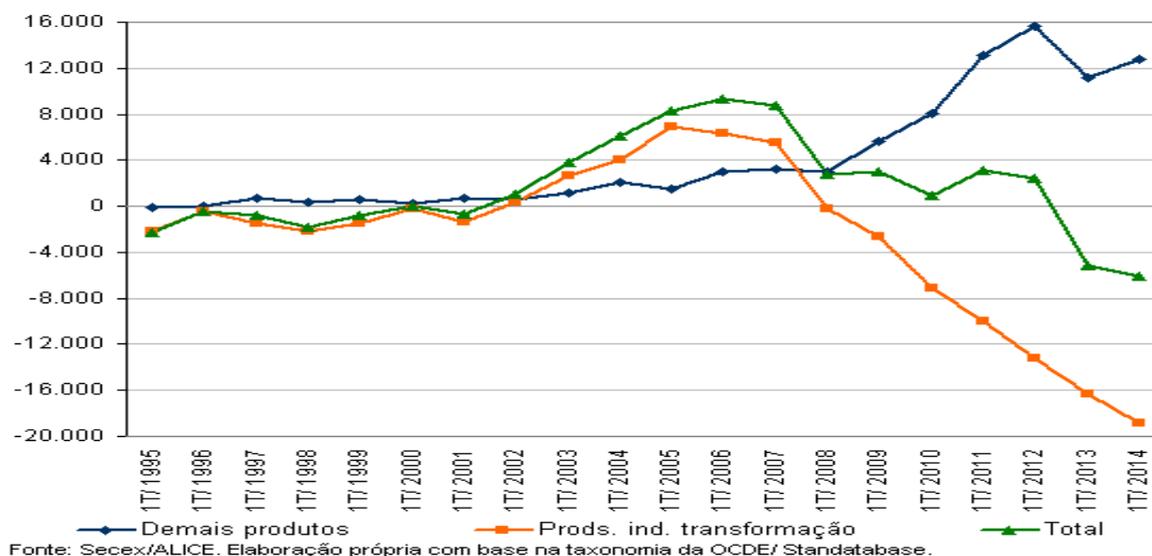
Os gastos do governo realizados após essa nova arrecadação deverá ser direcionado para o incentivo à indústria, à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Outra opção seria a de selecionar alguns setores potencialmente chave na economia brasileira para incentivar e desenvolver. Pode-se exemplificar a indústria petroleira com o desenvolvimento de tecnologias de extração de petróleo em águas profundas oferecidas pela camada do pré-sal, rica em petróleo e gás mineral, juntamente com o desenvolvimento da indústria naval, para assegurar a eficiência desse processo, além de incentivar toda a linha de refino e infraestrutura, protegendo da *doença holandesa* venezuelana e árabe, que são considerados por Bresser Pereira o caso mais perigoso de dependência externa e sobrevalorização cambial, pois são meramente dependentes da exportação de Petróleo.

Uma terceira alternativa seria a de observar o processo histórico de desenvolvimento dos PADs, buscando através disso a seleção de setores-chave na economia, que seriam capazes de gerar efeitos-renda e encadeamentos mais benéficos para a população.

Após essa breve análise, coloca-se o gráfico bastante citado acima para ilustrar o caso da balança comercial brasileira.

GRÁFICO 2: Desempenho da Balança Comercial brasileira (Primeiro trimestre de 1995 – Primeiro trimestre de 2014) – Secex/ALICE 2014



O gráfico 2, apresentado acima, representa a Balança Comercial brasileira e o desempenho dos produtos em três curvas: a curva em vermelho mostra o desempenho dos produtos da indústria de transformação; a curva em azul representa os demais produtos; a curva em verde, o desempenho desses dois setores. O resultado dela denota se há déficit ou superávit no trimestre destacado no eixo das ordenadas.

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, o Brasil vem importando mais produtos do que importando bens típicos da Indústria de transformação, tendo no primeiro trimestre de 2014 uma redução de 6,2% em relação ao acumulado do mesmo período do ano anterior.

A importação dos produtos industrializados aumentou em 1,1% referente ao mesmo período (janeiro a março de 2013 – janeiro a março de 2014), acarretando em um incremento na magnitude do déficit. Ao observar o gráfico, percebe-se uma deterioração desse déficit a partir de 2006, após o acontecimento de um superávit histórico em 2005.

O volume das exportações das *commodities* agrícolas e minerais continua crescendo, porém não está sendo mais suficiente para combater o déficit causado pelo crescimento das importações de produtos industrializados, acarretando no pior déficit desse período desde 1989.

Esses resultados podem validar o argumento de Bresser Pereira a respeito do processo de desindustrialização brasileira e diagnosticar a *doença holandesa*, que pode, através da taxação do câmbio, desvalorizar mais a moeda e buscar o aumento da arrecadação do Estado para melhorias em infraestrutura, incentivos em Pesquisa e Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, para, assim, ir minando aos poucos a situação deficitária que se encontra a Balança Comercial Brasileira.

Assim, constata-se a redução da importância da Indústria no PIB brasileiro, pois observa-se, no primeiro gráfico, a redução do emprego industrial e no segundo gráfico o aumento progressivo do déficit da indústria de transformação, o que pode mostrar que o Brasil está sofrendo da *doença holandesa*.

A luz dos autores estudados nesse trabalho, procurou-se mostrar a importância da indústria para o desenvolvimento econômico, com a argumentação de vários autores, inclusive autores que defendem o livre-comércio, a respeito da legitimidade da adoção de práticas protecionistas para o desenvolvimento econômico de uma nação. A argumentação desses autores, com exceção dos defensores do livre mercado legitima a ideia de alguma prática de proteção para a indústria, pois mostram que a industrialização é fundamental para o desenvolvimento e que a argumentação contra a intervenção é meramente uma maneira de os países desenvolvidos “chutar a escada” e impedir o alcance e a concorrência das nações pobres para os seus produtos industrializados, garantindo, através dessa prática, a manutenção do seu poder econômico elevado e a dependência econômica dos países subdesenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a importância da expansão do setor industrial para o desenvolvimento de uma nação. Para isso, utilizei, no primeiro capítulo, uma abordagem pró-livre-mercado com a exposição do conjunto de “boas políticas” e “boas instituições”, que seriam o receituário para o desenvolvimento econômico, industrial e social de um país, inspirado no desenvolvimento das ideias liberais ao longo dos séculos, culminando com o Consenso de Washington e os órgãos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio.

Esses argumentos são baseados na existência de um Estado mínimo, atuante somente em setores que o mercado não se motivaria a atuar, na defesa do livre mercado e nas vantagens comparativas, dentre as inúmeras determinações expostas no primeiro capítulo.

Após a exposição desses argumentos fiz uma breve exposição das ideias dos defensores do liberalismo comercial a respeito dos impactos negativos das políticas protecionistas no comércio exterior e, buscando, através deles, uma forma mais técnica de defesa do mercado livre, que leva em consideração os pesos líquidos para o consumidor, produtor e governo dos principais mecanismos de proteção ao comércio exterior, procurando sempre analisar o bem-estar da população mediante as distorções de produção e consumo.

Imediatamente depois dos argumentos desses, busquei criticar a ausência de algumas variáveis importantes em seus modelos simplificados de comércio internacional: aumento de emprego e renda; custos de transporte; existência de vários produtos; câmbio e etc.

Após essa crítica ao modelo consolidada no fim do primeiro capítulo, iniciei uma abordagem em defesa dos mecanismos de proteção baseada, em grande parte, nos livros *Maus Samaritanos* e *Chutando a escada*, do autor sul-coreano Ha-Joon Chang. Este mencionado autor comprova, partindo de uma metodologia histórica, a existência de proteção dos Países Atualmente Desenvolvidos e questiona a atuação dos órgãos, alegando que estes estão

“chutando a escada”, que foge do escopo de políticas utilizadas pelos PAD’s em seu processo de *catching-up*.

Para ele, essas políticas somente são favoráveis aos países que já são desenvolvidos e que, para os países em desenvolvimento, representam, na realidade, um obstáculo para o desenvolvimento.

Durante o segundo capítulo e logo após a argumentação de Chang, procurei fortalecer essa argumentação através do autor brasileiro Bresser Pereira com o seu conceito de *doença holandesa*, que relaciona a dependência externa de produtos industrializados com o subdesenvolvimento e a sobrevalorização do câmbio.

Para solucionar o problema, este autor sugere a taxação de *commodities* para aumentar a arrecadação do Estado, trazendo a taxa de câmbio corrente para o mesmo patamar da taxa de equilíbrio industrial, que, segundo ele, seria a taxa necessária para a exportação de produtos industrializados.

Por fim, busquei, através do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento industrial (IEDI), a demonstração do caso brasileiro e a relação com os argumentos expostos ao longo do trabalho, principalmente a argumentação de Luiz Carlos Bresser Pereira a respeito da *doença holandesa* e da possibilidade de o Brasil estar passando por um processo de desindustrialização.

Através do IEDI, procurei argumentar e diagnosticar a presença da *doença holandesa* na economia brasileira e, posteriormente, algumas soluções sugeridas por autores, principalmente os mais destacados e estudados ao longo do trabalho.

Com as Cartas do IEDI e a apresentação dos gráficos, foi possível observar, no caso brasileiro, a existência de um processo contínuo, crescente e preocupante de um processo de dependência externa de produtos industrializados, o que vem acarretando na desindustrialização da economia brasileira e, aos poucos, vem reduzindo a importância da exportação de produtos da indústria de transformação e aumentando, paralelamente, a importância do setor primário para a balança comercial brasileira.

O Brasil, por se tratar de um país com abundância de recursos naturais, deveria procurar alternativas para reduzir essa dependência, que, como visto ao longo do trabalho, seria através da realização de políticas protecionistas que visassem dar uma alternativa para a economia brasileira e impulsionar o desenvolvimento econômico, já que o livre mercado e as vantagens comparativas aconselhariam o Brasil à manutenção da situação atual de mero exportador de *commodities* agrícolas e minerais, e essa situação não nos levaria a um grau de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTA, IEDI: **Indústria no primeiro trimestre: Crescimento Regional Desigual e Emprego em crise.** São Paulo: IEDI n.626 de maio de 2014

CARTA, IEDI: **A deterioração persistente da Balança Comercial.** São Paulo: IEDI n.622 de maio de 2014.

CHANG, Ha-Joon. **Chutado a escada: estratégias do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora Unesp, 2002

_____. **Os maus samaritanos.** O mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. CHANG Ha-Joon. Du Protectionnisme au libre-échange, une conversion opportuniste. In: CHANG, Ha-Joon et al. **Le protectionnisme et ses enemies.** Paris: Le Monde Diplomatic, 2012

CUNHA, André Moreira et al. **Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil.** Revista de Economia Política, vol 33, nº 3 (132).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política.** São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil , 2005

LORDON, Frédéric. La menace protectionniste: ce concept vide et sens. In:

CHANG Ha-Joon et al. **Le protectionnisme et ses enemies.** Le Monde Diplomatic, 2012

LEHER, R. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza.** 1998. 267f. Tese (doutorado). USP. São Paulo, SP.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (2005). **O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica do Brasil: o Fundef no centro do debate.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-

Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação da UFC – FAGED. Fortaleza, Ceará.

MOREIRA, C. A. L. . **O processo de financeirização das economias emergentes latino-americanas: o caso da Argentina.** In: Adelita Neto Carleial (Org.). Projetos nacionais e conflitos na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, 2006

PEREIRA, Bresser, L. C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil. In: BUENO, André; SCHWARTZ, Lilla Moritz. **Temas clássicos do Pensamento Social no Brasil**, São Paulo, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAPIR, Jacques. Le retour du protectionnisme et La fureur de ses ennemis, In, CHANG Ha-joon et al. **Le protectionnisme et ses ennemis.** Le Monde Diplomatic, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC. **Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos.** Comissão de Normalização. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2013.